

A interação social pelo discurso: uma abordagem teórica dos estudos da linguagem na Comunicação

Elizabeth Moraes Gonçalves

Doutora em Comunicação pela Umesp e mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP; professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo – Umesp

Resumo

O texto propõe uma reflexão a respeito da importância dos estudos lingüísticos e semióticos para a Comunicação. Ao abordar a subjetividade da linguagem no processo comunicacional, a revisão de literatura mostra a interdependência dos campos da linguagem e da Comunicação, quando a concepção de interação social é selecionada para caracterizá-los. Este entendimento da Comunicação, no contexto educacional, deverá resultar na formação de um profissional mais crítico e mais consciente do seu papel na construção e reconstrução da realidade. Da mesma forma, o docente deverá sentir-se animado a fazer uso das mensagens dos meios de comunicação e da sua linguagem, no intuito de fazer emergirem a crítica e a participação social, seja como produtor, seja como receptor de mensagens.

Palavras-chave: comunicação, linguagem, discurso, interação, subjetividade.

Abstract

The proposal of this article is to reflect on language studies in the communication. When it approaches the subjectivity of the language in the communication process, the literature revision shows the interdependence of the fields of the Language and the Communication, when the conception of social interaction is selected to characterize them. This agreement of the communication, in the educational context, will have to result in the formation of a more critical and more conscientious professional of its role in the construction and reconstruction of the reality. In the same way, the professor will have to feel itself stimulated to make use of the messages of the medias and its language, in intention to make to emerge critical and the social participation, either as producing, either as receiving of messages.

Keywords: communication, language, speech, interaction, subjectivity.

Estudar Comunicação e linguagem como processos estritamente relacionados significa assumir posições críticas nestes dois campos, considerando o poder que se exerce no processo de comunicação. O indivíduo, de posse da linguagem e fazendo uso dela, pode atuar para transformar a sociedade ou para perpetuar determinadas posições. Desta forma, parte-se do pressuposto da não-neutralidade da comunicação e da subjetividade da linguagem ao criar realidades e significar o universo.

O profissional que tem como ferramenta de trabalho a linguagem deve estar certo de que não se trata de um simples instrumento, pois, ao construir uma visão de mundo, tende a levar seu interlocutor a participar dela. Da mesma forma, o conhecimento das estratégias persuasivas, pela linguagem, tem o poder de formar um leitor mais crítico e mais participativo, consciente de que a mensagem recebida, por exemplo, pelos meios de comunicação, não é senão um dos vieses possíveis de serem elaborados.

Aprimorar-se no estudo da linguagem como fator de interação social significa capacitar-se para atuar socialmente como profissional e como cidadão, reconhecendo que, nas mensagens, há muito além do que é dito explicitamente:

Nenhum texto apresenta de forma explícita toda a informação necessária à sua compreensão: há sempre elementos implícitos que necessitam ser recuperados pelo ouvinte/leitor por ocasião da atividade de produção do sentido. Para tanto, ele produz inferência: isto é, a partir dos elementos que o texto contém, vai estabelecer relação com aquilo que o texto traz implícito (KOCH, 1995, p. 26).

Portanto, além da questão da não-neutralidade da linguagem, entende-se que, no processo comunicacional, o sujeito recorre ao seu conhecimento do universo para gerar/individualizar sentidos. A linguagem, como potencialidade humana, no contexto comunicacional, concretiza o poder da mídia na formação do cidadão. A construção da mensagem está vinculada, desta forma, não apenas aos elementos lingüísticos e imagéticos concretos, mas às condições de produção e de recepção, assim como às características dos meios que a veiculam.

O pensamento é organizado pela posse e pelo uso da linguagem, sendo esta vista como um processo, sempre em movimento e em constante reformulação, significando e ressignificando o universo de diferentes formas. A construção da mensagem seleciona recursos

lexicais, sintáticos e imagéticos que revelam intenções e trazem informações subjacentes, projetando posicionamentos do seu produtor e sua leitura do universo.

Desvelar estas intenções subjacentes à mensagem e suas relações ideológicas manifestas constitui-se parte essencial de todo processo de estudo que pretende não apenas diagnosticar, mas atuar socialmente sobre dada realidade, propondo a transformação a partir de suas análises e reflexões.

Já que não existe texto neutro, sempre há interesses em torno de uma questão. Segundo Pêcheux (1975), o discurso não surge no vazio, mas remete à formação discursiva que o originou e que forneceu condições para sua existência. Esta formação, por sua vez, também é marcada por uma ideologia ali embutida.

Esta intencionalidade do discurso pode ser estudada a partir dos elementos lingüísticos que compõem os textos. O “sujeito passa a ocupar uma posição privilegiada, e a linguagem passa a ser considerada o lugar da constituição da subjetividade” (BRANDÃO, 1994, p. 45).

Sabe-se que a palavra, inserida no contexto da comunicação, é prenhe de significados e de ideologias, e que a escolha de uma, e não de outra, marca a posição do indivíduo frente ao fato abordado, ou seja, as palavras podem ocupar o lugar umas das outras, conforme o contexto, mas sempre imprimindo nuances diferentes de significação. Mattoso Câmara (1983, p. 132), nesse sentido, esclareceu a não-existência de sinônimos perfeitos, quando afirmou que “duas ou mais palavras podem ser de significação mais ou menos equivalente, constituindo o que se chama sinonímia”. É o locutor no exercício do discurso que, ao se apropriar das formas que a linguagem propõe, constrói sua visão de mundo sobre o tema abordado, na perspectiva de envolver o leitor. “Todo texto se insere em uma situação comunicativa, que está determinada, entre outras coisas, pelo propósito de buscar uma finalidade que determina o tipo de influência que a instância de enunciação quer ter sobre a recepção” (CHARAUDEAU, 2003, p. 155, tradução da autora).

Vale destacar que o enunciado vai além de uma simples frase, já que é fundamental analisar o contexto em que está inserido. O enunciado é um fenômeno histórico a ser observado e identificado, e, no contexto da análise, todos os elementos que compõem a mensagem, assim como a posição dos atores sociais envolvidos, devem ser considerados como significativos. A

análise da mensagem, nesta perspectiva proposta, deve, portanto, considerar as condições de produção desses discursos que, segundo Orlandi (2003, p. 30), incluem o contexto sócio-histórico e ideológico, e está estritamente relacionada às circunstâncias de enunciação – o contexto imediato.

A linguagem é usada pela mídia como elemento persuasivo, pois, ao representar a realidade, ela recorta, interpreta, reformula, e, conseqüentemente, cria condições para que o leitor venha a interpretar a realidade na perspectiva que, ideologicamente, lhe interessa. O fato relatado na mídia não reflete a realidade tal qual um espelho o faria, mas faz uma versão do fato observado.

Santaella (1996, p. 331) observou que a linguagem apresenta um descompasso em relação à realidade, por sua própria natureza de mediadora inalienável entre o indivíduo e o mundo. Segundo a referida autora, “a essa diferença substantiva entre a linguagem e o real acrescentam-se as diferenças adjetivas, quer dizer, as variações próprias às posições históricas e sociais dos agentes que as produzem e consomem”. Isso significa que há construção de sentido tanto no ato de produção discursiva quanto no ato de recepção. Conforme explicou Gnerre (1987, p. 19), “entender não é reconhecer um sentido invariável, mas ‘construir’ o sentido de uma forma no contexto no qual ela aparece”, uma vez que “as palavras não têm realidade fora da produção lingüística; as palavras existem nas situações nas quais são usadas”.

A linguagem é uma forma de poder, já que nem todos os integrantes de uma sociedade têm acesso a todas as variedades da língua e a todos os conteúdos referenciais, e a variedade de maior prestígio social – a língua padrão, representada pela escrita, ainda hoje representa um sistema fora do alcance completo, no que se refere aos significados, de grande parte dos integrantes da sociedade. Vale aqui ressaltar que se entende que a habilidade de leitura deve ultrapassar os limites da simples decodificação de palavras para chegar à leitura dos subtextos.

A orientação das escolhas lexicais pelo emissor depende não só dos sentidos denotados, como também do universo dos sentidos conotados e de seus subcódigos. Os atos de fala são frutos de atividade social, de interação, e o sentido do discurso é construído nessa interação; portanto, o interlocutor exerce atividade no discurso do locutor com atitudes diretas ao material lingüístico e por meio da comunicação não-verbal, daí a importância de interpretá-los em seu conjunto e conforme a situação dada.

A notícia, principal elemento de um jornal, caracteriza-se não apenas pela divulgação do acontecimento, mas por contribuir para a construção de uma visão de mundo. A linguagem utilizada na elaboração da notícia tende a ser facilitadora para a compreensão do leitor a que se dirige, porém a interferência de fatores, como a emotividade e os valores pessoais do repórter, estão sempre presentes, além da influência exercida pela ideologia que move a empresa jornalística, como lembrou Leibrunder (2002, p. 229):

Chamar a atenção do leitor, despertando-lhe o interesse e fazendo com que se sinta envolvido pelo assunto e pelo enfoque a este dispensado, requer do discurso jornalístico algo mais que o simples emprego da função referencial da linguagem. Assim sendo, os recursos expressivos da língua desempenham aqui papel fundamental. Além disso, a grande variedade de jornais e publicações igualmente destinados a públicos diversos descarta desde já a possibilidade de um uso uniforme da língua neste gênero discursivo.

Mais uma vez, vale ressaltar que nenhum texto oferece de forma explícita a informação na sua completude, “há sempre elementos implícitos que necessitam ser recuperados pelo ouvinte/leitor” (KOCH, 1984, p. 26) na situação. Por isso, quanto maiores os conhecimentos compartilhados entre locutor/interlocutor menor a necessidade de verbalizar todo o conhecimento: as inferências tomam esse papel como seu.

Só se pode identificar o que o indivíduo pensa quando esse pensamento é comunicado por um sistema de convenções partilhado com o outro, ou seja, o universo do saber do destinatário só é reconhecível quando se torna signo. Assim, há uma estreita ligação entre os códigos e o mundo concebível do saber preexistente, pois esse saber torna-se controlável, manipulável quando convertido em código, a uma convenção comunicativa.

Considerar que não existe neutralidade na abordagem de um assunto significa avaliar que as relações de poder são exercidas, no processo comunicacional midiático, desde a escolha da pauta a ser desenvolvida até as estratégias selecionadas na realização da matéria. Nesse sentido, a mídia tem papel fundamental na formação de imagens dos atores envolvidos no processo comunicacional. O conhecimento do funcionamento da linguagem, do discurso como revelador da subjetividade, propicia uma leitura mais crítica e desvela elementos implícitos

na organização da mensagem. Desta forma, é possível entender, além do conteúdo semântico da mensagem, a imagem que é elaborada dos atores envolvidos no processo comunicativo.

Um estudo da comunicação, na perspectiva do texto lingüístico, deve observar, por exemplo, as diferentes maneiras de relatar opiniões, ou seja, as formas utilizadas pelo autor para introduzir, em seu texto, a fala de outro. Marcuschi (1991, p. 74-92) desenvolveu um estudo dos verbos comumente utilizados no jornalismo para este fim, sendo alguns mais referenciais e outros mais carregados de avaliação. Segundo o autor, “a opinião é introduzida com algum verbo que antecipa o caráter geral da opinião relatada”, ou seja, esses verbos atuam de forma seletiva sobre os conteúdos, imprimindo-lhes uma intencionalidade interpretativa com características ideológicas.

A seleção do verbo introdutório nas ações discursivas e a forma como o texto é construído revelam a percepção do narrador sobre o conteúdo do fato observado ou do discurso relatado. Isto porque, como assinalou Foucault, “o indivíduo é uma produção do saber e do poder. Não há saber neutro. Todo saber é político (...) Todo saber tem sua gênese nas relações de poder” (*apud* MACHADO, 1981, p. 37).

Na análise textual a partir das marcas lingüísticas, assim como os verbos anteriormente citados, os operadores argumentativos, elementos gramaticais, como preposições e conjunções, igualmente atuam no sentido de levar à identificação da formação discursiva a que os textos estão vinculados. Tais elementos no texto têm a função de orientar para determinada leitura, valorizando, por exemplo, uma informação em detrimento de outra, como é caso da conjunção adversativa “mas” que, ao ser inserida em um contexto, carrega, além do sentido de adversidade, também uma valorização, por parte do locutor, da proposição ou do elemento com o qual está mais diretamente vinculado.

Não se pode, entretanto, examinar o discurso midiático isoladamente, a partir unicamente das marcas lingüísticas presentes no texto. É necessário compreender o processo de produção do texto, seu contexto e sua historicidade. Caso contrário, o discurso midiático, intencionalmente ou não, pode levar a interpretações equivocadas, superficiais ou parciais da realidade representada.

Os estudos das mensagens da mídia e da sua linguagem têm sido desenvolvidos, na Comunicação, sob diferentes perspectivas e com o apoio conceitual e

metodológico de várias ciências, como a Lingüística e a Semiologia, ou, ainda, a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia. Mas a Comunicação tem se firmado como ciência, definindo seus objetos, teorias e metodologias, e, como todo campo científico, está em constante evolução e construção.

A lingüística, cujo objeto é o signo verbal, teve grande importância para a constituição da cientificidade da Comunicação, no século passado, no que concerne à aplicação de seus procedimentos metodológicos estruturalistas; porém, quando se propõe o aspecto da discursividade no universo das investigações dos fenômenos e processos comunicacionais, e entendendo a linguagem como elemento mais amplo que a língua, não se pode limitar a perspectiva da aplicação metodológica, devido à complexidade de fatores envolvidos na produção e/ou recepção da mensagem.

Da mesma forma, uma abordagem estritamente lingüística não dá conta do estudo da diversidade de signos que podem estar envolvidos na elaboração da mensagem, como lembrou Machado (2002, p. 214):

(...) a idéia de que o mundo da comunicação excede os limites da linguagem verbal e que, paradoxalmente, a linguagem fundada na palavra é o mais fértil modelo para sistemas de linguagens de outra natureza, se coloca como problema para a análise semiótica.

O estudo da semiótica do texto procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz, ou seja, o texto é examinado na sua estrutura interna e no contexto sócio-histórico que o envolve, revelando os ideais e as concepções de um grupo social numa determinada época. O texto não tem sentido isoladamente, daí a preocupação de avançar no próprio método estruturalista, buscando transcender a análise para além do estudo do objeto propriamente dito, imamente, e compreendê-lo à luz dos eventos sociais, culturais e históricos do nosso tempo, embasados pela visão pós-estruturalista.

Nas décadas de 1950 e 1960 do século XX, Claude Lévi-Strauss inovou ao transpor para a antropologia, antes ligada apenas às ciências da natureza, o modelo lingüístico de análise estruturalista. As diferentes Ciências Sociais, com seus próprios conceitos, suposições, teorias e métodos, encontraram no Estruturalismo uma identidade representada pela Lingüística, ao reconhecerem que os significados e o

conhecimento emergem da interação social baseada na linguagem. A teoria da comunicação emprestou da Lingüística o conceito de “redundância”, redefinindo-o como “um menos a entropia relativa” e, a partir daí, distinguiu diferentes tipos de redundância.

O estruturalismo lingüístico, contudo, já era então uma corrente teórica consolidada há quase meio século, tendo como marco inicial o *Cours de linguistique générale*, de Ferdinand de Saussure, publicado postumamente em 1916. O argentino Eliseo Verón (1976, p. 10), discípulo de Lévi-Strauss, afirmou que, em comparação com o marxismo e a psicanálise, que também firmaram suas bases no início do século XX, “a orientação teórica do estruturalismo em lingüística (...) teve que esperar mais para merecer divulgação e influência, tanto dentro do campo mesmo das Ciências Sociais como fora dele”. Segundo esse autor, a teoria da comunicação e a lingüística se utilizam uma da outra com freqüência, e estão associadas de diferentes maneiras a uma configuração conceitual com crescente prestígio ideológico. Para Verón (1976, p. 11), “a linguagem é o único tipo de conduta social cuja função primária é a comunicação (...) e é através desta função que pode cumprir outras”.

Mais recentemente, outros pesquisadores no campo da Comunicação Social enfocaram a linguagem como mediadora entre os acontecimentos e a percepção que se tem sobre eles. Baccega (1998, p. 52-53) afirmou que os fatos que o indivíduo vive são aprendidos “sempre com as mediações que são inculcadas (...) pela cultura, sobretudo através da linguagem verbal”, e os fatos relatados pelos meios de comunicação têm suas próprias mediações, “desde as do profissional presente ao fato até aquelas condicionadas aos interesses político-sociais da própria empresa, concretizadas, em geral, no copidesque e no editor, que têm poderes para intervir, modificando ou até suprimindo um relato ou parte dele”.

No contexto das mensagens dos meios, está-se “cada vez mais convicto de que o *midium* não é simples ‘meio’ de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele se pode fazer” (MAINGUENEAU, 2001, p. 71).

As múltiplas interpretações do discurso, que variam de acordo com o contexto no qual foi produzido, foram ressaltadas por Orlandi (1987, p. 83).

A informação nova, aquela que é gramaticalmente explícita, que revela a intenção do locutor, fica assim circunscrita àquilo que, no lingüístico, é factual, mensurável. E o que interessa, se

pensarmos o discurso, é a possibilidade dos múltiplos sentidos, e não a informação. O texto é o todo que organiza os recortes. Esse todo tem compromisso com as tais condições de produção, a situação discursiva, espaço entre enunciados realizados, espaço que não é vazio, mas social (intencional). A idéia do recorte remete à polissemia, e não à informação. Os recortes são feitos na e pela situação de interlocução, aí compreendido, para mim, também um espaço menos imediato, mas também de interlocução, que é o da ideologia.

Observa-se que há condições sociais, culturais e cognitivas sobre as propriedades organizacionais das mensagens, ou seja, sabe-se que há uma relação sistemática entre texto noticioso e contexto. Segundo Van Dijk (1996, p. 122-124), é plausível que as formas estruturais e os sentidos globais de um texto informativo ou noticioso não sejam arbitrários, mas sim o resultado de hábitos sociais e profissionais de jornalistas envolvidos no processo de elaboração da matéria, de profissionais da emissora, responsáveis pelo registro de imagens, edição e finalização de cada matéria, seleção de músicas para trilha sonora, entre outros, considerando os objetivos de atingir o público a que se destina e as especificidades do veículo.

De acordo com Maingueneau (2001, p. 53):

(...) o discurso é “orientado” não somente porque é concebido em função de uma perspectiva assumida pelo locutor, mas também porque se desenvolve no tempo, de maneira linear. O discurso se constrói, com efeito, em função de uma finalidade, devendo, supostamente, dirigir-se para algum lugar.

Neste sentido, Santaella (1996, p. 330) refletiu a respeito da parcialidade dos discursos: “As linguagens não são inocentes nem inconstantes. Toda linguagem é ideológica, porque, ao refletir a realidade, ela necessariamente a refrata. Há sempre, queira-se ou não, uma transfiguração, uma obliquidade da linguagem em relação àquilo a que ela se refere”.

Deve-se, portanto, ter em mente que o trabalho do pesquisador ou do analista de discurso não pode se reduzir a uma análise da mensagem desvinculada do seu contexto sociopolítico-ideológico. A complexidade dos fatores envolvidos na elaboração da mensagem atesta que a análise deve romper o estudo da linguagem puramente imanente, superando a leitura restrita dos textos como produtos lingüísticos fechados em si mesmos, para saltar

em direção a uma investigação que apreenda o sentido de cada gênero em sua essência e totalidade.

Os recursos tecnológicos de que dispõem os meios de comunicação resultam em vários elementos que interagem com o texto verbal, acrescentando-lhe ou, simplesmente, reforçando significados e construindo sentidos. A leitura da mensagem, portanto, não se restringe ao código lingüístico, mas se expande aos demais signos imagéticos.

No contexto da tecnocultura, em que o processamento das mensagens não pode prescindir das tecnologias da comunicação e, por conseguinte, das máquinas semióticas, as linguagens da comunicação confundem-se com as mídias que lhes servem de suporte (MACHADO, 2002, p. 211).

A leitura do conjunto pressupõe, desta maneira, que se considerem, sobretudo, as condições de produção, além da intencionalidade na produção da mensagem.

Eni Orlandi (1987, p. 107), do ponto de vista da Análise do Discurso, discute-se que “o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem se esquecer que esse funcionamento não é integralmente lingüístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso”.

Desta forma, a Análise do Discurso representa uma nova abordagem do estudo do texto além da linearidade, relacionando enunciado e enunciação como elementos fundamentais da produção de sentido: “esta distinção enunciação/enunciado é apenas um exemplo da concepção da linguagem com o objetivo da constituição de uma teoria da linguagem como produção (...) O sujeito e o sentido não existem, produzem-se no trabalho discursivo.” (KRISTEVA, 1988, p. 316). Da mesma forma, para Charaudeau (2003, p. 67), o fundamento de todo discurso são as condições enunciativas, responsáveis por permitirem que certo mecanismo de comunicação social possa produzir sentido.

Na concepção de Bakhtin, há que se entender que o texto não pode ser tomado como simples objeto de análise, sem se considerar o dialogismo e a contextualização, ou seja, deve-se ter presente:

(...) a complexa interdependência que se estabelece entre o texto (objeto de análise e de reflexão) e o contexto que o elabora e o envolve (contexto interrogativo, contestatório etc.) através do

qual se realiza o pensamento do sujeito que pratica ato de cognição e de juízo. (...) é impossível eliminar ou neutralizar nele (no texto) a segunda consciência, a consciência de quem toma conhecimento dele (BAKHTIN, 1997, p. 333).

Reconhece-se, hoje, que a linguagem que mais se consume atualmente é aquela veiculada pelos meios de comunicação de massa. Da mesma forma, a escola tem reconhecido que o rádio, a TV, o jornal e a revista, entre outros meios de comunicação, podem contribuir significativamente para o processo ensino-aprendizagem, uma vez que estimulam uma reflexão, além de crítica participativa.

Essas novas formas de perceber e de conhecer o mundo se configuram como um fenômeno da nossa atualidade, gerando novas interfaces, que têm influenciado os mecanismos de interação com o saber, distintas daquelas tradicionalmente observáveis e que vinham servindo como balizas para o processo didático-pedagógico. O surgimento dessas interfaces exige ajustes nas diferentes estratégias utilizadas pelos professores na condução do processo ensino/aprendizagem (OLIVEIRA, COSTA & MOREIRA, 2004, p. 112).

Marcondes, Menezes & Toshimitsu (2003, p. 9) refletiram sobre a importância de se considerarem tais textos no ambiente escolar como uma forma de aproximar a escola da sociedade, uma vez que:

(...) a ausência de trabalhos, em sala de aula, com textos que circulam socialmente, como jornal, letras de música, anúncios ou *outdoors*, surge como sintoma de recusar a experiência do aluno como cidadão fora do espaço acadêmico. Constata-se que cada vez mais os jovens têm grandes dificuldades com a leitura; no entanto, isso é medido apenas por seu contato com os textos que circulam na escola.

Muitas experiências têm sido realizadas, buscando este material da mídia no contexto da sala de aula, porém nem sempre se explora todo o potencial deste material, assim como poucas vezes levam-se em consideração as características de linguagem de cada meio. Marcondes, Menezes & Toshimitsu (2003, p. 13) comentaram este distanciamento da escola em relação à linguagem dos meios, no ambiente educacional:

Todo trabalho com textos de circulação social deve estar voltado para a plena leitura e compre-

ensão deles. É preciso refletir sobre as possibilidades de interpretação, o que pressupõe sempre um passo muito além da estrutura sintática, dos termos empregados. Reconhecimento de interlocutores, percepção de valores embutidos nas mensagens, associação entre texto e imagem, presença ou ausência de informações, recursos sonoros, bem como uma infinidade de técnicas de edição, tanto as empregadas na imprensa como na televisão, precisam ser do repertório do aluno.

A evolução tecnológica da sociedade moderna, principalmente aplicada aos meios de comunicação de massa, tem determinado uma nova maneira de o homem se relacionar com o mundo e, conseqüentemente, de adquirir informações e conhecimentos. Assim, ao se incorporarem os textos da mídia, pode-se facilitar e agilizar o processo ensino-aprendizagem, qualquer que seja o nível de escolaridade. A esse respeito, Castilho (2000, p. 74) disse não possuir uma receita, mas sugeriu alguns caminhos, como “revisar os programas de formação de docentes para incorporar neles os elementos comunicacionais para o trabalho educativo e revisar os programas de ensino para enriquecê-los com aportes da comunicação, sejam os meios, as mensagens ou as atividades dos estudantes”. São preocupações de transformar a escola em uma instituição que realmente possa interessar aos estudantes, de forma que o trabalho pedagógico contemple prazerosamente a construção de conhecimento.

En el futuro deseado descansan las mayores ilusiones. Todo el mundo tiene derecho a acariciar su propia utopía. En relación con él podríamos plantear una total integración entre nuestros estudios, un enriquecimiento de la labor educativa con todos los recursos que puede aportar la comunicación, una enseñanza-aprendizaje en la que los estudiantes participen activamente y tengan a la mano materiales, medios, instrumentos para elaborar los mensajes (CASTILHO, 2000, p. 74).

Assim, a experiência do ensino superior de Comunicação, relacionando teoria e prática, por meio do uso constante da linguagem dos meios e das suas mensagens, tem servido de modelo para a escola que se propõe a formar o cidadão crítico e consciente, e não apenas culto e informado. Trata-se, portanto, de explorar o lado educativo da comunicação para formar um profissional com perfil de comunicador/educador.

Reflexões finais

Comunicação e linguagem são conceitos complementares e interdependentes, de modo que a comunicação não pode ser abordada apenas pelo aspecto técnico ou tecnicista, e a linguagem não pode ser considerada como simples instrumento de comunicação. A prática do profissional de comunicação pode ser diferenciada quando ele reconhece o poder da linguagem de criar imagens e mundos e quando é consciente de seu poder de influenciar e construir.

Por outro lado, quando o comunicador limita-se ao factual, abrindo mão do espaço através do qual poderia interferir na construção e reconstrução social, está se posicionando como simples reproduzidor de fatos e de ideologias.

Parte-se do pressuposto de que toda realidade transformada em linguagem é uma forma de interpretação ou uma representação desta realidade; portanto, é impossível uma análise de textos da comunicação com abordagem estritamente lingüística; há que se considerar as condições de produção dos textos. Neste sentido, a Análise do Discurso representa uma nova abordagem do estudo do texto além da linearidade, relacionando enunciado e enunciação como elementos fundamentais da produção de sentido. A abordagem interna do texto leva o indivíduo a reconhecer os mecanismos e as regras de engendramento do discurso, e a análise externa, a reconstrução do contexto sócio-histórico, permite que se entenda a construção dos sentidos de cada abordagem.

A evolução tecnológica dos meios de comunicação tem exigido mudanças significativas no comportamento do homem, não só em suas relações sociais, mas também no modo de apreender e de codificar mensagens. O homem moderno não analisa mensagens como simples “receptor”, mas ele participa ativamente do processo comunicacional e passa a ser um novo leitor, um novo codificador.

Os textos dos meios de comunicação na sala de aula, tanto a recepção quanto a produção, podem auxiliar a formação de um cidadão mais crítico e mais integrado à sociedade. O uso das mensagens dos meios, considerando as características das suas linguagens e seu potencial criativo, no sentido de atender às necessidades de formação do comunicador, tem sido um dos diferenciais dos cursos de Comunicação Social, que visam à formação do indivíduo tecnicamente capacitado, mas também crítico e participativo na sociedade na qual se insere.

O pensamento é organizado pela posse e pelo uso da linguagem, sendo esta vista como um processo, sempre em movimento e em constante reformulação, significando e ressignificando o universo de diferentes formas. A construção da mensagem seleciona um conjunto de signos que revela intenções e traz informações implícitas, projetando posicionamentos do seu produtor e sua leitura do universo.

Ser capaz de desvelar estas intenções subjacentes à mensagem e suas relações ideológicas constitui-se quesito fundamental para o profissional que participa desta proposta que se colocou. A formação do docente para atuar na área da Comunicação Social deve levar em conta não apenas o desenvolvimento da capacidade de diagnosticar os principais recursos e estratégias para o sucesso do processo ensino-aprendizagem, mas deve considerar como propósito que o docente possa atuar socialmente sobre a realidade, analisando, refletindo e transformando.

Referências

- BACCEGA, Maria Aparecida. *Comunicação e linguagem – discursos e ciência*. São Paulo: Moderna, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRANDÃO, H.H.N. *Introdução à análise do discurso*. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1994, Série Pesquisas.
- CASTILHO, Daniel Prieto. *La fiesta del lenguaje*. 2.ed. Coyoacán, México: Ediciones Coyoacán, 2000.
- CHARAUDEAU, Patrick. *El discurso de la información – la construcción del espejo social*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- KOCH, I.V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.
- _____. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1995.
- KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- LEIBRUDER, Ana Paula. “O discurso de divulgação científica”. In: BRANDÃO, Helena Nagamine (coord.). *Gêneros do discurso na Escola*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MACHADO, Irene. “Semiótica como teoria da comunicação”. In: WEBER, Maria Helena; BENTZ, Ione & HOHLFELDT, Antonio (orgs.). *Tensões e objetos da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber – a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARCONDES, Beatriz; MENEZES, Gilda & TOSHIMITSU, Thaís. *Como usar outras linguagens na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. “A ação dos verbos introdutores de opinião”. In: *Intercom – Revista Brasileira de Comunicação*, ano XIV, n. 64, São Paulo, p. 74-92, janeiro/junho de 1991.
- MATTOSO CÂMARA JÚNIOR, Joaquim. *Manual de expressão oral e escrita*. 7.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983.
- OLIVEIRA, Celina Couto de; COSTA, José Wilson de & MOREIRA, Mercia. “Ambientes informatizados de aprendizagem”. In: COSTA, José Wilson da & OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (orgs.). *Novas linguagens e novas tecnologias – Educação e sociabilidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2.ed. Campinas/SP: Pontes, 1987.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4.ed. Campinas/SP: Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise do discurso*. Paris: Larousse, 1975.
- SANTAELLA, Lúcia. *A produção de linguagem e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1996.
- VAN DIJK, Teun A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1996.
- VERÓN, Eliseo. *Lenguaje y comunicación social*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Nueva Visión, 1976.